

CONTROLE DO PONTO DE ACESSO DE AUTOR E TÍTULO

Sobre a maneira como as agências bibliográficas nacionais enfrentam o problema quarenta anos depois dos *Princípios de Paris*

por
Pino Buizza e Mauro Guerrini¹

"A pluralidade das línguas [...] é coextensiva com uma aptidão inerente à natureza humana, a aptidão para o discurso, em outras palavras, as línguas não são uma propriedade da espécie humana. Apenas a aptidão para o discurso pertence à espécie. [...] O que é específico é a própria capacidade humana de se comunicar por meio de sinais verbais; nós encontramos a mesma capacidade espalhada pelo mundo inteiro - como provado pelo mito da Torre de Babel. [...] A pluralidade de línguas, um dos temas do pensamento de von Humboldt, de alguma forma caminha junto com a universalidade do discurso. A relação entre discurso e línguas é absolutamente única. Esta observação leva-nos mais longe do que a fala. A pluralidade dos seres humanos, nas palavras de Annah Harendt, é uma manifestação relevante do estatuto cultural da humanidade. Essa pluralidade não é só linguística, mas, precisamente, cultural. A humanidade, como o discurso, só existe no plural. [...] O universalismo pelo qual lutamos só pode ser coextensivo com uma forma mais ou menos bem controlada de pluralidade".

Paul Ricoeur

(traduzido de J.-P. Changeux, P. Ricoeur, *La nature et la règle. Ce qui nous fait penser*. Paris, Odile Jacob, 1998, p. 232-233)

Esboço de questões

Quarenta anos mais tarde descobrimos que os *Princípios de Paris* tiveram efeitos positivos sobre a escolha de cabeçalhos, mas não sobre a sua forma; cada código seguiu seu curso particular, a maior parte mantendo sua tradição local. Depois que o cabeçalho é escolhido - autor pessoal, entidade coletiva ou título – surge o problema de adoção de um cabeçalho uniforme, ou seja, o de estabelecer a forma única de um nome ou título, a fim de que todas as manifestações das obras de um autor estejam reunidas num determinado ponto do catálogo (segunda função, 2.2 (a), dos *Princípios de Paris*).

Três questões principais decorrem daí:

1. A primeira delas diz respeito ao *nome* ou ao *título* que deve ser adotado, ou seja, nome verdadeiro, pseudônimo, nome tradicional, nome atribuído, nome

¹ Trabalho apresentado no Workshop Cataloguing and Authority Control, Roma, 21-22 novembro 2002, patrocinado pelo ICCU, Istituto centrale per il catalogo unico e le informazioni bibliografiche. Os autores agradecem a Barbara Tillett, com quem discutiram muitas questões; Barbara também revisou a tradução para o inglês.

- assumido, sigla ou nome completo (por exemplo: CGIL ou *Confederazione generale italiana del lavoro*), título original ou título traduzido.
2. A segunda diz respeito a *forma do nome* ou a *forma do título* a serem adotados, decidindo-se em favor de uma forma breve ou completa (por exemplo: *Nicolò Ugo Foscolo* ou *Ugo Foscolo*), de uma entre as variantes gráficas e lingüísticas existentes, inclusive as decorrentes de sistemas diversos de transliteração.
 3. A terceira, apenas para autores pessoais cujo nome é composto por dois ou mais termos, diz respeito ao *termo de entrada*, o elemento de acesso a ser colocado em primeiro lugar, optando-se por uma forma direta ou algum tipo de inversão ou rotação dos termos.

Os critérios gerais, seção 7 dos *Princípios de Paris*, recomendam o nome (ou forma do nome) ou título mais frequentemente utilizados nas edições originais da obra, ou, se não for possível, em autoridades aceitáveis. Na Seção 12, a escolha do termo de entrada é determinada pelo uso vigente no país do autor, ou, se não for possível, na língua que ele geralmente usa.

Forma do nome e línguas do catálogo

Vamos analisar em detalhe as seções 7 e 8 para compreender bem a proposta de forma do nome, particularmente para autores pessoais.

Os *Princípios de Paris*, em sua seção 7, afirmam que "o cabeçalho uniforme deveria normalmente ser o nome (ou forma do nome) ou título mais frequentemente usado em edições das obras catalogadas ou nas referências a elas por autoridades aceitas", o que significa que o recurso a referências ocorre quando os critérios de edições não podem ser aplicados. A seção 7.1 especifica que "quando edições foram publicadas em vários idiomas [isto é, na língua original e em traduções]², a preferência em geral deve ser dada a um cabeçalho baseado nas edições em língua original [acrescentamos: quando o critério de edições não pode ser aplicado, o critério da língua original aplica-se igualmente às referências]; mas se esse idioma não é habitualmente utilizado no catálogo, o título pode ser derivado de edições e referências numa das línguas habitualmente utilizadas no catálogo". A Seção 7.1 introduz o princípio da forma original, aquela histórica, geográfica e linguisticamente mais próxima do autor. Um complicador é quando o cabeçalho tem que ser expresso numa língua estranha à cultura da biblioteca, tipicamente um idioma em alfabeto diferente (para os italianos, num alfabeto que não o latino ou que utilize caracteres não-alfabéticos).

Temos aqui uma clara dicotomia entre a língua das edições originais (o critério básico), e a língua utilizada em outras edições, entre as formas das obras de referência do país de origem e as das obras de referência utilizadas no ambiente cultural da biblioteca. Em outras palavras, a seção 7.1 estabelece uma norma geral e admite, como exceção, a possibilidade de a biblioteca substituir a forma das edições das obras na língua original, quando esta não é normalmente usada no catálogo, por uma forma traduzida numa língua palatável ao seu ambiente cultural. Na 8.2 lê-se: "O *cabeçalho uniforme* [de um autor pessoal] deve ser o nome pelo qual o autor é mais frequentemente identificado em

² Este esclarecimento está no *Statement of principles adopted at the International Conference on Cataloguing Principles, Paris, October, 1961* / with commentary and examples by Eva Verona, assisted by Franz Georg Kaltwasser, P. R. Lewis, Roger Pierrot. – London : IFLA Committee on Cataloguing, 1971, p. 23.

edições de suas obras – observada a seção 7.1, isto é, na língua original e apenas como uma exceção em traduções se a língua original não é normalmente utilizada no catálogo - na forma mais completa em que nelas aparece".

Em suma, é escolhido o nome mais frequentemente utilizado em edições na língua original das obras catalogadas. A solução implica cotejar as edições em língua original, evidentemente não diretamente, mas por meio de autoridades apropriadas - para identificar e adotar a forma mais frequentemente utilizada, com a possibilidade de adoção de uma forma baseada em traduções, somente quando a língua original não é utilizada no catálogo. Quando os *Princípios de Paris* falam sobre edições das obras catalogadas, a referência é às obras pertencentes à biblioteca responsável pela catalogação na seção 7, que trata dos cabeçalhos uniformes e na seção 8.1 que lida com a entrada principal, enquanto que na seção 8.2 a referência é às edições de todas as obras, mesmo as não pertencentes à biblioteca, mas que pertencem ao conjunto de obras do autor. Em suma, referência ideal - nem sempre alcançável - é o nome mais frequentemente utilizado nas edições da obra em sua língua original.

O recurso a uma forma, em idioma utilizado normalmente no catálogo, quando a língua original da obra a ser catalogada não é utilizada, é um critério que implica uma questão básica: as línguas do catálogo.³ A transcrição da folha de rosto e descrição bibliográfica padrão (designação geral do material e áreas da descrição física e das notas) respeitam a língua e o alfabeto do documento (por exemplo: um título em hebraico é registrado em hebraico, embora a transliteração de títulos em alfabetos não-latinos seja normalmente permitida). Os cabeçalhos também têm sido tradicionalmente registrados de acordo com a língua do documento, até que os próprios *Princípios de Paris* estabeleceram os cabeçalhos uniformes, livres das diversas formas presentes em diferentes edições e baseados na língua original do autor, como já vimos. Assim, o catálogo é multilíngüe também nos seus cabeçalhos; mas nestes, um serviço bibliográfico de catalogação está autorizado a dar preferência a uma língua utilizada, a do próprio serviço ou, caso não seja possível, alguma outra utilizada no catálogo. As línguas normalmente não utilizadas no catálogo – sem melhor especificar - são as que potencialmente exigem transposição para outra escrita, por exemplo transliteração ou transcrição para uma escrita alfabética, ou que seriam indecifráveis para a maioria dos usuários da biblioteca; quer dizer, afinal, nem todos os idiomas diferentes daqueles de domínio da comunidade servida pela biblioteca (na Itália, fala-se italiano, mas francês, alemão, inglês, latim não são línguas normalmente não utilizadas no catálogo, ao passo que grego, árabe, hebraico, chinês, japonês são línguas normalmente não utilizadas no catálogo).

A língua dos cabeçalhos continuou a ser um problema mesmo depois da edição dos *Princípios de Paris*. O AACR (as regras espanholas também) adotaram a forma inglesa (e espanhola) dos nomes normalmente apresentados em traduções por fontes de referência em inglês (e espanhol).

A questão foi colocada na agenda de discussão do *International Meeting of Cataloguing Experts* (Encontro Internacional de Especialistas em Catalogação, daqui por diante identificado pela sigla IMCE – nota dos tradutores), realizado em 1969 em Copenhague, porque cabeçalhos baseados em traduções dificultam seriamente o intercâmbio internacional de informações bibliográficas e tornam o uso de catálogos e bibliografias estrangeiros muito mais difícil. A fim de promover a uniformidade internacional, a IMCE

³ Ver *La lingua del catalogo : gli autori greci, latini, dell'Oriente antico, del periodo medievale e umanistico, i papi: forma latina o forma italiana?* / Mauro Guerrini. – p. 21-48. – In: Accademie e biblioteche d'Italia. – Roma, a. 67, n. 3 (luglio-sett. 1999). Depois em: *Il catalogo di qualità* / Mauro Guerrini ; presentazione di Luigi Crocetti. – Firenze : Pagnini e Martinelli : Regione Toscana, 2002.

recomenda enfaticamente a utilização, sempre que possível, da forma original de nomes e títulos, em vez das formas usadas na língua do país da biblioteca com a orientação de usar sistemas padrão de transliteração, sistemas uniforme de transcrição fonética e excepcionalmente, usar o latim para os clássicos gregos.⁴

Vamos voltar aos *Princípios de Paris*. A seção 8.21 lista exceções: "Outro nome ou forma do nome deve ser considerado como cabeçalho uniforme se este tiver se estabelecido com o uso geral, quer em referências ao autor em obras biográficas, históricas e literárias, ou em relação às suas outras atividades públicas que não a de autor." Essas exceções não são de natureza linguística mas devidas ao uso cultural (Eva Verona se refere a obras sem edições recentes, obras para as quais é possível uma mudança significativa no nome em edições antigas e o nome corrente⁵), ou a situações particulares, não relacionadas a autoria (por exemplo, um novo ofício ou uma conversão religiosa), que resultam noutro nome ou forma do nome, impondo assim um uso inquestionável e preferindo-o àquele pelo qual o autor é mais frequentemente identificado em edições de suas obras.

A escolha da forma, portanto, depende de critérios apresentados de maneira não linear e potencialmente antitéticas entre si:

- a. o critério das edições e o das fontes de referência;
- b. o critério da língua original, modificado pelo critério de exclusão da língua não usada no catálogo, tanto em relação às edições quanto às fontes de referência;
- c. O critério do nome pessoal completo;
- d. o critério da substituição por nomes que se tornaram aceitos pelo uso geral posterior ou independentemente da autoria.

Tentou-se encontrar uma solução seguindo a lógica proposta pela ICCP, confiando nas realidades lingüísticas nacionais que têm competência sobre os seus próprios autores. Se esta tentativa estiver certa, talvez, possamos atingir melhor clareza a partir dele, mas ainda assim é difícil identificar obras de referência de onde inferir a forma padrão e, finalmente, diferentes formas a serem escolhidas: elas são, em primeiro lugar, as que estabelecem o uso da língua do autor, com a exclusão facultativa apenas de línguas estranhas ao catálogo e, em segundo lugar, as que estabelecem o uso da língua da biblioteca. A necessidade de listas de autoridade, estabelecendo o uso das línguas e dos países, tem sido repetidamente sublinhada, e sua falta lamentada e apenas parcialmente minorada (basta uma consulta rápida ao *Names of persons*⁶ (Nomes de pessoas) para perceber como são poucas as obras de referência citadas, algumas delas de autoridade duvidosa); tudo isso compromete seriamente a viabilidade de se guiar coerentemente pelos critérios dos *Princípios de Paris*.

Termo de entrada

A seção 12 dos *Princípios de Paris* responde à terceira questão colocada no início deste documento, a do termo de entrada: "Quando o nome de um autor pessoal é constituído

⁴ Ver "Report of the International Meeting of Cataloguing Experts, Copenhagen, 1969"— In: *Libri*, Vol. 20, no. 1 (1970), p. 110 e *Statement of principles*, cit., p. 31-35

⁵ *Statement of principles*, cit., p. 37

⁶ *Names of persons: national usages for entry in catalogues*. — 4th rev. and enlarged ed. — München : Saur, 1996.

por várias palavras, a escolha da palavra de entrada é determinada, na medida do possível, pelo uso vigente no país de que o autor é um cidadão, ou, se isso não for possível, pelo uso estabelecido na língua que ele geralmente usa." Trata-se de uma declaração de princípio de que as formas relacionadas com a escolha do uso nacional ou linguístico não podem ser estabelecidas como regras comuns para todos os autores.

O único critério geral é a preferência pelo elemento mais importante e relevante para estabelecer o nome do autor e pesquisar sobre ele, mas que elemento é este varia de acordo com os usos linguísticos e sociais de cada país. Manter a posição dos prefixos ou invertê-los faz parte do problema.

Assim, o ICCP confirma preferência por formas de acesso mais próximas das origens dos autores e a necessidade de as agências nacionais tornarem claros e inequívocos os critérios do seu país e da sua língua, para que possam ser compartilhados.

Cabeçalhos Únicos

Para completar esta panorâmica dos problemas, devemos lembrar a necessidade de cabeçalhos únicos. O cabeçalho não deve representar diferentes autores, como estabelecido nos *Princípios de Paris* em 8.22: "uma nova característica de identificação deve ser adicionada, se necessário, para distinguir dois autores de mesmo nome". Cada um dos homônimos deve ser tornado unívoco, acrescentando-se qualificadores que permitam a identificação inequívoca de cada um, mas o método para fazer isso não é especificado. No IMCE concordou-se apenas em não usar prenomes não utilizados ou pouco utilizados, sem tomar partido sobre os dois sistemas mais comumente empregados nos códigos de catalogação: o uso de datas de nascimento e falecimento ou a qualificação pela profissão. Não há qualquer indicação, nos *Princípios de Paris*, sobre o idioma dos qualificadores, mas os códigos que adotam o qualificador de profissão concordam que se deve usar a língua da biblioteca.⁷

Forma do nome para entidades coletivas

Os *Princípios de Paris*, em 9.4, estabelecem critérios para cabeçalhos uniformes, para entidades coletivas, similares aos que existem para nomes pessoais: "O cabeçalho uniforme para obras que devem entrar pelo nome de uma entidade coletiva deve ser o nome pelo qual o organismo é mais frequentemente identificado nas suas publicações"; de acordo com 7.1, isto significa publicações na língua original, conforme especificado pelo IMCE.⁸ As exceções são:

9.41, a forma oficial do nome, se variantes do nome são freqüentemente encontradas ("e nenhuma das formas predomina", especifica o IMCE⁹); se houver nomes oficiais em várias línguas, a escolha deve recair sobre a língua mais apropriada aos usuários do catálogo (9.42);

9.43, um nome convencional pelo qual o organismo corporativo é geral conhecido; para uniformidade internacional, o IMCE recomenda evitar, tanto quanto possível, o uso de nomes convencionais de organismos corporativos internacionais (exemplo:

⁷ *Statement of principles*, cit., p. 38.

⁸ *Ibid*, cit., p. 54

⁹ *Ibid*, cit., p. 55

para órgãos centrais da Igreja Católica e de Ordens religiosas, dar preferência à forma latina¹⁰);

9.44, o nome geográfico de um território na língua mais apropriada aos usuários do catálogo, mas para a uniformização internacional o IMCE recomenda o uso das formas originais.¹¹

Órgãos subordinados a um outro organismo devem ter um tratamento normal, pelo seu próprio nome (9.6), com duas exceções, especificadas em 9.61, que determinam a entrada pelo cabeçalho do órgão superior, seguido do nome do órgão subordinado:

- a. Se o próprio nome do organismo subordinado implica subordinação ou função subordinada (exemplo: *Società chimica italiana. Divisione di didattica*)
- b. Se for insuficiente para identificá-lo (exemplo: *Banca d'Italia. Servizio studi*).

Também os órgãos administrativos, judiciais e legislativos têm entrada subordinada à autoridade territorial, em vez de entrada direta pelo próprio nome.

Os critérios para cabeçalhos uniformes dos órgãos corporativos são similares aos critérios para nomes de pessoas, ainda que possamos detectar uma grande tendência para o uso de formas na língua da biblioteca, ao invés dos nomes originais, uma tendência reduzida pelas correções recomendadas pelo IMCE.

O tratamento de autor-pessoa física pelas agências bibliográficas nacionais

Depois da análise dos enunciados preliminares apresentados na ICCP, referentes às especificações oferecidas pelo IMCE em 1969, vamos examinar agora como algumas agências bibliográficas nacionais têm atuado, numa revisão que não pretende ser exaustiva, que revela convergências e desacordos. Mostramos as tendências que prevalecem atualmente para algumas das categorias mais problemáticas de autores-pessoas, remetendo-se o leitor ao apêndice para uma série de exemplos, estes limitados mas significativos:

- a. *Autores clássicos gregos* têm os nomes transliterados com base na forma grega ou na forma tradicional latina (permitida pelo IMCE¹²), ou numa variedade de formas lingüísticas correntes que correspondem a uma variedade de usos em diferentes países (veja-se o exemplo de Luciano de Samosata no apêndice).
- b. *Autores clássicos latinos* tomam a forma tradicional latina ou uma variedade de formas lingüísticas correntes que correspondem ao uso diferente em cada país, agregando a variante de que os nomes modernos são reduzidos a um nome singular ou mantêm seu *tria nomina* traduzido (veja-se o exemplo de Virgílio).
- c. *Padres da Igreja e autores ocidentais medievais* tomam a forma latina ou uma das formas lingüísticas correntes (veja-se o exemplo de Santo Agostinho).
- d. *Outros autores antigos e medievais, conhecidos no Ocidente por sua forma latina* tomam essa forma (permitido pelo IMCE¹³), ou uma variedade de formas lingüísticas correntes que correspondem a diferentes usos em cada país (veja-se os exemplos no apêndice de Confúcio, Avicena, Maimônides).

¹⁰ *Ibid*, cit., p. 56-57

¹¹ *Ibid*, cit., p. 58

¹² Ver *Libri*, See *Libri*. Vol. 20, no. 1 (1970), p. 110.

¹³ *Ibid*, p. 110

- e. *Autores modernos e contemporâneos* em geral recebem um tratamento mais homogêneo, ainda que proliferem as variantes nos casos de autores cujos nomes não estão em alfabeto latino. Com efeito, os padrões internacionais de transliteração não são universais¹⁴ e os cabeçalhos para os autores modernos encontram-se numa grande variedade de formas pelas diversas agências bibliográficas, especialmente os gregos (veja-se o exemplo de *Ritsos*), os russos (veja-se o exemplo de *Chekhov*) e eslavos em general (em alfabeto cirílico), os árabes, os turcos, os iranianos, os hindus, os malaios, os chineses (veja-se o exemplo de *Cao Xueqin*), os japoneses, os coreanos, etc. Os autores antigos e medievais dessas origens apresentam numerosas formas às vezes incrementadas pela multiplicidade de nomes atribuídos a eles pelas tradições de seus países de origem e pelos países das agências bibliográficas (veja-se o exemplo de *Jalal al-Din Rumi*).
- f. *Papas* tomam a forma latina ou uma das formas lingüísticas correntes, com o problema adicional de número ordinal usado como elemento próprio no cabeçalho ou como um elemento no qualificador; uma variante a mais ocorre no cabeçalho *Igreja Católica* com o nome de um Papa como subcabeçalho, dando destaque a seu papel e não a ele como indivíduo, desenvolvendo no catálogo o *corpus* das obras atribuídas à Igreja por meio de uma série de elementos de tipo classificatório no cabeçalho (Igreja Católica, Papa, anos de papado, nome como Papa) de acordo com a seqüência dos Sumos Pontífices (veja-se o exemplo de *Paulo VI*).
- g. *Santos* tomam a forma latina, a forma original do nome, ou uma das formas lingüísticas correntes, com variações relacionadas com a palavra ordenadora que vários códigos estabelecem para o primeiro nome no lugar do elemento mais relevante, escolhidas de acordo com o uso geral no país a que o santo pertence (veja-se os exemplos de *Thomas More*, *Edith Stein*¹⁵).

Os *qualificadores de distinção* também variam, no caso dos homônimos. Além das diferenças nos idiomas dos qualificadores, geralmente é usado o idioma principal do país onde a biblioteca se encontra localizada, alguns códigos têm regras para a qualificação sistemática de determinadas categorias dos cabeçalhos (p. ex., *soberanos*, *santos*, *papas*) sobre os quais não existe uma concordância geral, e por isso, não são aplicados por algumas das agências bibliográficas. Num sentido geral, a diferença encontra-se na alternância ou combinação entre o uso de datas de nascimento e morte, assim como no uso de um título, profissão ou outro nome para distinguir as pessoas. O acréscimo de

¹⁴ A norma ISO para o grego, por exemplo, data de 1997; ver: *Information and documentation: conversion of Greek characters into Latin characters* / International Organization for Standardization. – Genève : ISO, 1997. A norma substitui a anterior, datada de 1968. Mesmo a ISO tem normas concorrentes para a transliteração de algumas línguas e não existe consenso quanto a um padrão internacional.

¹⁵ O caso da filósofa polonesa Edith Stein é um exemplo extremo de complicações da regra do nome dos santos. Ela escreveu principalmente em alemão, com seu nome na forma alemã *Edith* e não na forma polonesa *Edyta*. Quando foi declarada santa (em 1998), o cabeçalho uniforme havia sido alterado por muitas agências nacionais de *Stein*, *Edith* para *Edith Stein*. Mas ela havia sido também monja e havia alterado seu nome para Schwester Teresa Benedicta da Cruz (em 1934), sendo seu nome como santa *Teresia Benedicta a Cruce*, em latim, o idioma escolhido pela ordem das Monjas Carmelitas, ou em outros idiomas para os quais esse nome foi traduzido (Teresia Benedicta vom Kreuz, Teresa Benedykta od Krzyza, Thérèse Benedicta de la Croix, Teresa Benedetta della Croce, Teresa Benedicta of the Cross, Teresa Benedicta de la Cruz, Teresa Benedita da Cruz ...), mas esse nome somente apareceu em poucas manifestações originais de seus últimos trabalhos, e em nossos dias, não foi estabelecido como de uso geral. Atualmente, a Biblioteca Nacional da Polônia põe seus trabalhos sob o cabeçalho *Teresa Benedykta od Krzyza* (*œw.* ; 1891- 1942).

datas de nascimento e morte para estabelecer cabeçalhos únicos (uma opção, por exemplo, no AACR2R 22.17A) é uma divergência básica (já que não está previsto nos Principios de Paris e não atende às funções do catálogo). Para distinguir um autor pessoal que tem possíveis homônimos, reais ou ainda não conhecidos, outras agências mantêm datas adicionais no *registro de autoridade*.

O acréscimo da forma completa como um qualificador de um cabeçalho com iniciais, cuja forma completa é conhecida (e. g., Johnson, A.H. (Allison Hertz) e Johnson, A.H. (Arthus Henry), veja-se AAC2R 22.18A), é também utilizada em alguns países. Isso é aparentemente uma solução contraditória, porque se escolhe uma forma curta que é inadequada e precisa-se torná-la única pela adição da forma completa, mas é consistente devido a que: primeiro, obedece à regra geral de utilizar a forma mais freqüentemente usada, o que nos leva a selecionar a forma com iniciais, e então, para evitar formas homônimas, distingue os cabeçalhos com o elemento mais óbvio – a forma completa do nome – a melhor solução para identificar dois autores. O acréscimo de um qualificador aos nomes que não o necessitam é opcional na edição de 1988 e nas revisões posteriores do AACR2.

O tratamento das entidades coletivas pelas agências bibliográficas

Tomaria muito tempo analisar todos os tipos de cabeçalhos para obras que entram pelo nome de uma entidade coletiva, pela avaliação das regras e práticas das agências nacionais, um quarto de século depois do estudo comparativo seminal de Eva Verona, *Corporate headings* e depois do trabalho *Form and structure of corporate headings*, amplamente relacionado com os cabeçalhos para entidades corporativas. Estamos liberados dessa tarefa devido ao trabalho realizado pelo Working Group on the Revision of FSCH, *Form and structure of corporate headings, IFLA Section on Cataloguing*, publicado em 2001 no relatório *Structures of corporate name headings*¹⁶, onde as estruturas para cabeçalhos de entidades coletivas foram analisadas e revistas em oito categorias, começando pelos nomes simples em forma direta até os nomes construídos com o acréscimo de qualificadores, fazendo comparações com uma grande quantidade de exemplos tomados de várias agências bibliográficas. O estudo também leva em conta aspectos formais como o leiaute e o uso de sinais de pontuação que trabalhos prévios haviam omitido, deixando seu tratamento a critério das necessidades locais. Encontram-se relatadas as formas particulares dos cabeçalhos mencionadas anteriormente e contempladas pelas regras anglo-americanas e em outros códigos nacionais para os executivos da administração pública e para os dignatários religiosos, para os sínodos de um organismo religioso e para congressos, que agregam ao nome do organismo, no primeiro caso, um termo que estabelece o cargo, as datas de ocupação e o nome da pessoa que ocupa ou ocupou o dito cargo (e.g., *United States. President (1993- : Clinton)*)¹⁷, nos outros casos, o nome do sínodo ou conferência, seu número ordinal, a data e o lugar (p.ex., *International Labour Organization. Regional Conference (2 : 1968 : Geneva)*)¹⁸. É pouco usual e não tradicional para as regras italianas e de outros códigos nacionais, incluir num cabeçalho o nome de um organismo e o nome de uma pessoa ocupando um cargo temporário e nele atuando, ou o nome de um organismo temporário, ainda que este último pudesse ser considerado como uma combinação extensiva das

¹⁶ *Structures of corporate name headings: final report, November 2000* / IFLA Section on Cataloguing, Working Group on the Revision of FSCH ; compiled and introduced by Ton Heijligers. – IFLA UBCIM, 2001. <http://www.ifla.org/VII/s13/scatn/final2000.htm>

¹⁷ *Pt. B, Survey of structures of corporate name headings*, p. 19.

¹⁸ *Ibid.*, p. 20.

seções 9.1 e 9.61 dos *Princípios de Paris*¹⁹. No que diz respeito às práticas atuais das agências bibliográficas nacionais, podemos notar algumas diferenças representativas devido aos problemas tradicionais relacionados aos cabeçalhos para entidades coletivas:

- a. o uso de *nomes geográficos* persiste não apenas para as jurisdições territoriais e seus órgãos, como também para as entidades de diferente natureza localizadas num lugar ou em todo o país, tais como as províncias territoriais da igreja, para as quais as regras de catalogação italianas (*Regole italiane di catalogazione per autori*, RICA²⁰) sugerem um nome invertido com o nome do lugar seguido pelo qualificador; a prática prevalecendo em outros códigos prefere a forma direta subordinada ao nome da igreja (veja-se o exemplo de diocese no apêndice);
- b. para as *entidades subordinadas* encontramos a alternativa de escolher entre a forma direta ou a forma com a entidade superior na primeira posição e a entidade subordinada como subcabeçalho;
- c. o cabeçalho para entidades subdivididas em *seções* ou que têm *divisões locais* varia para estas entidades entre três possibilidades: 1. o uso de um subcabeçalho local; 2. o acréscimo de um qualificador geográfico ao nome da entidade, 3. sua incorporação ao nome da entidade,²¹
- d. para as *ordens religiosas* encontramos o nome oficial, o nome reduzido da ordem, ou o nome atual de seus membros, com o acréscimo de variações no idioma original e no idioma local para cada uma dessas três soluções (veja-se o exemplo de *Franciscans*).

Entre os qualificadores para os cabeçalhos sob entidade coletiva, aqueles que se acrescentam às entidades quando estas não mostram claramente que se trata precisamente de uma entidade coletiva parece ser particularmente problemático: as regras os estabelecem mas obviamente, estes são genéricos e estão longe de torná-los homogêneos (p. ex., *Beatles (Grupo musical)* ou simplesmente *Beatles*).

Papéis [“roles”] como partes de cabeçalhos ou relacionamentos

Podem ser encontradas outras diferenças quanto à escolha e forma no processo de formalização de cabeçalhos.

Alguns códigos prevêm adicionar ao cabeçalho uma designação de função (ou “*papel*”), além da própria autoria, tais como para compiladores, editores, ilustradores, tradutores,

¹⁹ Cf. *Corporate headings : their use in library catalogues and national bibliographies / a comparative and critical study* by Eva Verona. – London : IFLA Committee on Cataloguing, 1975, p. 22-25 and 129-133. El asiento *Santa Sede. Papa, 1939-1958 (Pius XII)* es un ejemplo propuesto por Diego Maltese para una posible entrada para los actos oficiales de los papas, cf. *Principi di catalogazione e regole italiane / Diego Maltese*. – Firenze : Olschki, 1965, p. 50-51, y la misma estructura es adoptada en ACOLIT (e.g., *Chiesa cattolica. Papa (1978- : Giovanni Paolo II)*), cf. *Prefazione* by Mauro Guerrini in ACOLIT : *Autori cattolici e opere liturgiche : una lista di autorità*. – Milano : Editrice bibliografica, 1998-, vol. 1, p. XXII-XXIV. 20 *Regole italiane di catalogazione*

²⁰ *Regole italiane di catalogazione per autori*. – Roma : Istituto centrale per il catalogo unico delle biblioteche italiane e per le informazioni bibliografiche, 1979. Cf. RICA 77.

²¹ Ver RICA59.

arranjadores etc. O AACR2R 21.0D considera essa uma opção para cabeçalhos de entradas adicionais; a norma francesa AFNOR Z44-059, ao contrário, sinaliza a diferença entre cabeçalhos com e sem designação de função. Essas práticas não se acham codificadas em acordos internacionais e podem ser justificadas como sistemas para se distinguir diferentes categorias de responsabilidade de autor, sem separar os pontos de acesso a este. Elas não tratam da forma do cabeçalho mas, na verdade, modificam-no, como no caso dos cabeçalhos uniformes que podem ser iguais para qualquer função desempenhada pela mesma pessoa ou entidade; assim o lugar conceitual correto para uma designação de função é semelhante a um mecanismo para indicar o relacionamento entre a entidade autor e a entidade bibliográfica (como uma norma, a expressão de uma obra, de acordo com as FRBR).

Identidade bibliográfica múltipla

De acordo com o AACR2R 22.2B2, nem pseudônimos coletivos, nem autores com *dupla (ou múltipla) identidade bibliográfica* e que entraram sob diferentes cabeçalhos para cada identidade recebem um tratamento homogêneo. A regra do AACR2R estabelece: “Se uma pessoa possui duas ou mais identidades bibliográficas, no caso em que trabalhos de um tipo são identificados por determinados pseudônimos e trabalhos de outros tipos aparecem com outros pseudônimos ou o nome real da pessoa, nesse caso, escolhe-se como cabeçalho para cada grupo de trabalhos, o nome pelo qual os trabalhos nesse grupo são identificados. Devem ser feitas referências para conectar os nomes. Em caso de dúvida, não considere que a pessoa tenha diferentes identidades bibliográficas”. Por exemplo, uma pessoa que escreveu novelas com um pseudônimo e ao mesmo tempo usa seu nome verdadeiro em publicações científicas, deveria receber cabeçalhos para ambos, pseudônimo e nome real, estes conectados por referências cruzadas recíprocas.

Esse problema não é novo e pode ser sumarizado em uma questão básica: o catálogo pode colocar juntos sob um nome os trabalhos de diversos tipos, caracterizados por diferentes nomes expressos nas publicações (isto é, cada identidade bibliográfica)?²²

A solução para a identidade bibliográfica dupla (ou múltipla) é uma versão intermediária entre duas escolhas principais, recomendadas pelo ICCP de Paris: o cabeçalho que reflete o nome como ele aparece nas edições, com referência entre as diferentes formas (princípio de unidades bibliográficas), o cabeçalho uniforme, para todas as edições de todos os trabalhos, com referência para cada uma das outras formas (princípio da unidade literária).

As *vantagens* de usar a identidade bibliográfica dupla ou múltipla são: permitem imediato acesso em buscas, começando pelo nome do autor mais provavelmente encontrado em uma citação ou em uma manifestação, organizando-se as entradas relacionadas a um

²² A possibilidade é mencionada por Alberto Petrucciani: “Nesses casos não temos uma variante formal, mas uma multiplicação das personalidades literárias que podem ser legitimamente consideradas autores separados”. *Funzione e struttura del catalogo per autore* / di Alberto Petrucciani. – Firenze : Giunta regionale toscana : La nuova Italia, 1984, cit. p. 38. Nesse ponto Michael Gorman cita a autoridade de Charles A. Cutter: “Minha opinião é que os intérpretes fundamentalistas de Cutter têm sempre interpretado equivocadamente esse autor, nesse ponto. Quando Cutter fala em colocar juntos todos os trabalhos feitos por um autor, acredito que isso possa ser interpretado que se deve juntar todos os trabalhos por uma identidade bibliográfica. Se Lewis Carroll é uma identidade bibliográfica separada de Charles Lutwidge Dodgson, deve-se então ter dois registros, uma para cada um deles. Obviamente eles podem ser conectados para a pequena minoria daqueles que desejam ler os trabalhos de ambos”. *Authority control in the prospective catalog* / Michael Gorman. // *Authority control : the key to tomorrow's catalog : proceedings of the 1979 Library and Information Technology Association Institutes* / edited by Mary W. Ghiks. – Phoenix : Oryx Press, 1982, p. 173.

único grupo de trabalhos; as *desvantagens*: pesquisa dupla (múltipla) para acessar outros trabalhos de uma pessoa que se encontram sempre separados no catálogo.

A *vantagem* de cabeçalhos uniformes, no sentido dos *Princípios de Paris* (o segundo citado) é: acesso imediato a todos os trabalhos de uma pessoa, colocados juntos no catálogo. As *desvantagens*: pesquisa dupla para o usuário que começa pelo nome não escolhido como cabeçalho uniforme, assim como dificuldade de se classificar subgrupos de trabalhos dessa pessoa.

A Seção 6.2 dos *Princípios de Paris* (escritos no tempo do catálogo em fichas) admite a possibilidade de entradas adicionais no lugar de referências “sob outros nomes ou formas de nomes para o mesmo autor [...] por exemplo, quando um grupo particular de trabalhos está associado com um determinado nome”. Nesse caso têm-se as vantagens de ambos os sistemas e a desvantagem da duplicação de entradas (entrada principal pelo cabeçalho uniforme, entrada adicional pelo outro). A.H. Chaplin propôs “entradas adicionais completas”, para trabalhos publicados sob o nome não escolhido como entrada principal. L. Brummel, diretor da Koninklijke Bibliotheek, Haia, propôs aceitar o desejo do autor e não entrar pelo mesmo nome diferentes tipos de trabalhos, revelando a identidade que ele quis esconder usando um pseudônimo. A linha proposta por S. Lubetzky prevaleceu²³.

O AACR ultimamente abandonou a linha de Lubetzky e a regra 42B, nota de rodapé 5, assim estabelece: “Se o trabalho de uma pessoa aparece sob vários pseudônimos (ou sob o nome real e um ou mais pseudônimos), faça entrada para cada trabalho sob o nome nele usado. Faça referências para conectar os nomes”; assim, uma completa adesão à tese de cabeçalhos baseados nos nomes encontrados nas manifestações, além das exceções contempladas para casos de nomes correspondendo a grupos de trabalhos.

A edição anotada dos *Princípios* chama atenção para o tratamento diverso adotado pelas regras Anglo-Americanas²⁴, e relembra a validade do princípio de cabeçalho uniforme também para pseudônimos e do cabeçalho adicionado com o nome usado para um tipo particular de trabalho. O exemplo de Dogson/Carroll é claramente apresentado: cabeçalho principal para todos os trabalhos, entrando por Carroll, cabeçalhos adicionais sob Dogson para trabalhos matemáticos e panfletos²⁵.

A regra 22.2C2 do AACR2 (edição de 1978) adere ao cabeçalho uniforme: “Se trabalhos de uma pessoa aparecem sob diversos pseudônimos (ou sob o nome real, um ou mais pseudônimos), escolha um desses nomes se a pessoa for identificada predominantemente por esse nome, nas últimas edições de seus trabalhos, em trabalhos críticos, ou em outras fontes de referência (nessa ordem de preferência). Faça referências aos outros nomes”. Mais adiante, nas regras, “Se uma pessoa usando pseudônimo é conhecida predominantemente por um nome, escolha como base para o cabeçalho para cada item o nome que aparece nele.” Faça referências para conectar os nomes” (22.2C3).

A mudança de idéia não é total e claramente satisfatória: a revisão de 1988 do AACR2 (comparada à edição de 1978) re-introduz os cabeçalhos múltiplos, a despeito da maneira razoavelmente detalhada vista acima. A distribuição contínua e coerente de nomes em grupos de diferentes tipos de trabalhos é considerada como prova do desejo do autor de estabelecer diferentes identidades bibliográficas; as formas que aparecem na identidade pessoal, modificam a escolha do nome com o qual a pessoa é geralmente conhecida para

²³ Ver: *Report / International conference on Cataloguing Principles, Paris, 9th-18th October, 1961. – London : IFLA, 1961, p. 32-38.*

²⁴ *Statement of principles*, cit, p. 20.

²⁵ *Ibid.*, cit, p. 36.

aquele por meio do qual os trabalhos de um dado tipo são conhecidos (O AACR2R marca exceção na regra geral sobre a escolha de nome, regra 22.1).

Sendo a mudança conceitualmente relevante e a identidade bibliográfica e identidade pessoal tratadas igualmente, o problema será a escolha de cabeçalho, não forma de nome, considerando-se que que um grupo de trabalhos é separado de outro.

Não é bastante notar e confirmar que “O conceito de autor catalográfico (ou do autor do ponto de vista catalográfico) é muito amplo”²⁶, porque a extensão do conceito do autor diz respeito à atribuição da relação entre o autor e o trabalho além da responsabilidade intelectual real, nunca dizendo respeito à relação entre a identidade do autor pessoal e o nome usado em suas publicações (identidade bibliográfica).

A solução é favorável ao acesso imediato do usuário, baseado na popularidade do nome usado nas manifestações dos trabalhos do autor, e refere-se com ‘ver também’ para a indicação da complexidade e totalidade do trabalho da pessoa. A solução do AACR2R parece um pouco melhor e ideologicamente colocada do que a que se encontra no 6.2 dos *Princípios de Paris* e ela aparece quase trinta anos mais tarde, com somente uma vantagem pouco significativa nos catálogos eletrônicos, para se salvar umas poucas entradas adicionais. Como consequência, adotar essa regra coloca mais alguns problemas: o que é um tipo de trabalho? Grupos de artigos, editoriais, revisões, etc. são diferentes tipos de livros? Trabalhos textuais, *versus* trabalhos em outras formas de expressão? Não é a dupla identidade bibliográfica válida também para pessoas que mudam seus nomes (quem, de algum modo muda de identidade), sob a condição de que isso seja associado a uma diferença em tipos de trabalhos? É a regra válida para aqueles que usam diferentes nomes para diferentes tipos de trabalhos, de maneira totalmente casual ou sob pressão, sem qualquer desejo de estabelecer um diferente tipo de identidade bibliográfica, exceto em alguns casos, para se evitar qualquer problema? Muitos autores do passado tiveram seus trabalhos redistribuídos sob os pseudônimos que eles usavam, embora eles fossem de certa forma atribuídos a eles e ninguém lembra que eles tivessem publicado sob um pseudônimo?

Um autor, que tenha escrito somente dois trabalhos de diferentes tipos, usando diferentes nomes, seria um autor múltiplo? À qual identidade bibliográfica devemos atribuir edições póstumas de cadernos, cartas, diários que representem o autor como um ser humano e nas quais ele não tenha estabelecido nenhuma identidade bibliográfica? Os trabalhos completos, coleções de trabalhos pertencentes a dois tipos, sob o título, com entradas adicionais para duas identidades bibliográficas, seriam como se fossem coleções de trabalhos por duas diferentes pessoas (de acordo com o AACR2R 21 7B1)? O desejo do autor parece ser um meio de acobertar a real razão da regra: a prevalente popularidade de nomes usados para diferentes tipos de trabalhos.

A identidade bibliográfica dupla (múltipla) é um critério anormal no catálogo, sendo que talvez possa mais atrapalhar que ajudar: não há nenhum meio para se colocar juntos por tipos autores que escreveram diferentes tipos de trabalhos; para cada outro autor a regra é encontrar todos os trabalhos e edições por um nome.

Buscando a solução nacional do problema discutido, a regra italiana correspondente no *Regole italiane di catalogazione per autori*, ao contrário, parece ser muito rígida. Ela

²⁶ “Um entrada que possa ser usada como um efetivo instrumento para recuperar trabalhos por um autor, trabalhos atribuídos a ele, trabalhos espúrios entrados por seu nome, coleções de imagens de seus trabalhos de arte (ex.:, reproduções de desenhos de Michelangelo, esculturas de Niccolò Pisano), mesmo publicações ocasionais, *festschrift* em sua honra e publicações de cartas endereçadas principalmente ou somente a ele”. *Catalogazione* / Mauro Guerrini. – Roma : Associazione italiana biblioteche, 1999, p. 56-57.

estabelece que: “de um autor que use um pseudônimo num certo tipo de trabalho e o nome real para todos os outros, prefere-se o nome real”²⁷ [quando um autor usa um pseudônimo para um determinado tipo de trabalho e o nome real para outros trabalhos, o nome real é preferido], assim nós devemos escolher o nome menos conhecido (*Dodgson*) que não foi usado no mais conhecido e mais divulgado trabalho (*Alice*), no lugar do nome melhor identificado (*Carroll*) conectado aos mais conhecidos trabalhos. Talvez, a melhor solução seja retornar aos casos de identidade múltipla para regras gerais por “autores cujos nomes variam” (o nome através do qual o autor é mais frequentemente identificado...).

A próxima regra no AACR2R: “Se um autor contemporâneo usa mais do que um pseudônimo, ou seu nome real e um ou mais pseudônimos, use, como base para o cabeçalho para cada trabalho o nome que aparece nele. Faça referências para conectar nomes”(22.2B3), leva ao extremo a preferência para o dado bibliográfico puro e implica o fim do princípio de cabeçalhos uniformes para uma pessoa.

Contemporaneidade pode significar que o autor e seus nomes, não estão bem estabelecidos ainda, mas o fato de que a identidade pessoal de dois pseudônimos tenha sido reconhecida como concorrente parece ser razão suficiente para unir trabalhos no catálogo. De outra maneira não enfatizar a informação alcançada e verificada na busca catalográfica e encontrá-las somente por referências parece ser uma solução equivocada²⁸.

Considerações

Depois de apresentar as soluções parcialmente concordantes ou discordantes para os problemas relacionados às formas dos cabeçalhos, vamos tentar chegar a algumas considerações sobre esse problema. Uma questão básica é: Sobre qual catálogo se está falando? Uma constante tensão é percebida entre demandas local (de bibliotecas individuais) e internacional (de agências bibliográficas), assim como a dificuldade em conciliá-las. De fato algumas vezes tem sido dada preferência à forma vernacular de países específicos e à língua dos compiladores de catálogos ou às formas originais e à língua dos países de origem dos autores. Como consequências tem-se, no primeiro caso cabeçalhos não uniformes no campo internacional mas úteis no campo local, em segundo lugar, cabeçalhos uniformes funcionais para o campo das trocas internacionais, mas mais complexos para os usuários locais. Na presente situação, onde ocorre intercâmbio global de informação, por meio de redes e protocolos de comunicação, pode o controle de autoridade ser limitado ao horizonte local do sistema de biblioteca, ou pode ampliar seu escopo ao universo bibliográfico? Podem as agências bibliográficas nacionais controlar autores nacionais ou todos os autores?

De acordo com o programa original para controle bibliográfico, os nomes de todos os autores devem ser controlados, certamente, mas de formas diferentes:

1. Em nível nacional com o “poder de decisão” sobre as formas de nomes de autoridades, de nomes de autores e títulos de trabalhos anônimos conferido a cada agência bibliográfica, por consentimento e aprovação de outras agências;

²⁷ Ver RICA 51.6.

²⁸ A fragilidade teórica e prática do conceito de identidade bibliográfica, na catalogação pelo Anglo-American, é mencionada por Elaine Svenonius in *The intellectual foundation of information organization* / Elaine Svenonius. – Cambridge (Mass.) ; London : The MIT Press, 2000, p. 212, n. 16.

2. Em nível internacional pela aceitação de cabeçalhos produzidos por agências “irmãs” com conseqüente troca de cabeçalhos entre elas.

Temos tratado com o tópico de autores não restritos a uma nação (ou previamente ao nascimento da nação) considerando-se que ninguém tem competência sobre eles e se o critério linguístico não pode ser aplicado a eles, a dúvida permanece entre adotar a forma local ou a tradicionalmente aceita²⁹.

O *Guidelines for authority and reference entries*, GARE (1984) estabeleceu a necessidade de atividades de controle sobre formas de nomes e ofereceu soluções metodológicas, em vista da produção de registros uniformes que possam ser trocados e partilhados mas, como já se notou:

1. as formas originais não são sempre respeitadas e são substituídas por formas vernaculares;
2. escritas usadas em diferentes países variam e as transliterações não concordam entre si.
3. identificação de cabeçalhos produzidos por diferentes agências não são totalmente atingidos.

Contrariamente a motivos estritamente bibliográficos, afirma-se que não é apropriado forçar o usuário local a usar formas adotadas em nível internacional. A tentativa de reconciliar as necessidades locais linguístico-culturais com as necessidades correspondentes de outros países ocasiona uma grande desvantagem para funções de uso. Depois de anos de experiência, as considerações feitas pela IFLA UBCIM, Grupo de Trabalho sobre os Níveis Mínimos de Registros de Autoridade e ISADN chegou-se à presente conclusão: o objetivo da adoção em todo o mundo de cabeçalhos idênticos por todos não é plausível. A revisão de 2001 do *Guidelines for authority records and references*, GARR muda a filosofia que fundamenta o controle de autoridade e acesso a registros bibliográficos. O critério de "uniformidade" está desatualizado em favor de um ou mais cabeçalhos autorizados, relacionados à mesma entidade, igualmente um a outro mas, cada um compatível a diferentes ambientes culturais e compilados de acordo com diferentes regras. Sua equivalência em nível internacional corresponde ao registro de autoridade de uma única agência que conecta sua forma autorizada a formas autorizadas “paralelas”, compiladas de acordo com outras regras e de acordo com outras línguas e escritas.

A conexão de diferentes formas no registro de autoridade é a condição para transferir as formas locais em formas válidas internacionalmente (a *forma erudita de valor internacional* que podemos ver nos registros da Biblioteca Nacional da França) e em outras formas locais ou vice-versa.

O método permite maior liberdade às necessidades locais, assim como reconhecimento de formas equivalentes em várias línguas e tradições nacionais. O objetivo da uniformidade linguística é superado em nível internacional. Não se busca uma única

²⁹ "Eine Gesamtkatalog der Druckwerke des 16. Jahrhunderts (Möglichkeiten und Pläne)" / Gedeon Borsa. – In: *Libri antichi e catalogazione: metodologie e esperienze : atti del seminario di Roma, 23-25 settembre 1981* / a cura di Claudia Leoncini e Rosaria Maria Servello. – Roma : [ICCU], 1984, p. 67. Título italiano: *Per un catalogo collettivo delle opere a stampa del XVI secolo (possibilità e piani di lavoro)*.

língua (ontem Latim, hoje Inglês), nem a colocação de línguas lado a lado, onde cada pessoa fale sua própria língua e deva entender a dos outros, atualmente culminando com nenhuma comunicação. O trabalho sobre o controle de ponto de acesso torna-se o trabalho de um intérprete que deve não mais pronunciar o nome correto (autoridade), mas deve juntar os vários nomes usados (autorizado). Cada vez mais, o pesquisador, não supõe o nome correto em sua forma precisa, mas tem o intérprete à sua disposição que traduz sua questão para o catálogo.

Em cada contexto local pode-se encontrar o tópico, na forma que deve ser definida como padrão, uma questão tanto teórica quanto prática, em vista da efetiva funcionalidade. O catálogo eletrônico provê acesso direto a todos os registros conectados a um autor (ou título), por meio de alguma forma, no registro de autoridade, e assim o núcleo de cabeçalho reduz uma grande quantidade de problemas relacionados à recuperação da informação com respeito a ambas, a primeira e a segunda função dos Princípios de Paris. Isso não significa que a tarefa de escolher uma forma padrão autorizada nesse grande contexto, em contraposição a outras formas não padronizadas a ser usadas somente como acesso secundário, torna-se sem utilidade.

Escolhendo-se a forma padrão, de acordo com critérios consistentes, proporciona-se cabeçalhos arquivados ordenadamente em uma lista de consulta aleatória com a vantagem de se implementar a identificação e seleção de nomes como um “parâmetro (*default*)” para usuários e a manutenção do catálogo por bibliotecários.

O *trabalho de autoridade*, especialmente a atenção aos exatos termos e sequência de elementos, permanece o mesmo e a adoção das formas locais e a equivalência de formas estrangeiras limitam a carga dessa tarefa básica que pode, ao mesmo tempo, levar a melhores resultados:

- a. maior facilidade no uso do catálogo,
- b. melhor precisão da pesquisa.

Não se deveria esquecer, concluindo-se, que as fontes de referência mutáveis e inadequadas, à nossa disposição para atividades de catalogação³⁰. têm sido um sério freio no estabelecimento consistente de cabeçalhos uniformes: nem mesmo o nome mais freqüentemente usado, nem o nome melhor conhecido pode ser rapidamente inferido do item do catálogo, mas somente por consulta a trabalhos de referência. Eles ainda são os meios básicos para se descobrir e conectar as formas adotadas por outras agências, assim como para se fazer e implementar as escolhas tornando-as conhecidas.

Estabelecer fontes válidas: biografias, enciclopédias, ferramentas disciplinares de referência, com informação exata sobre a ordem de preferência, em caso de desacordo, é a garantia de consistência para o catalogador e para a clareza do usuário. Mesmo que tenhamos à nossa disposição novos instrumentos, espera-se muito do trabalho começado com o GARRR que, se corretamente compreendido pelas agências nacionais, deve levar à criação, manutenção e disponibilização de arquivos de autoridade de alta-qualidade. A troca de registros compreendem conexões, trocas ou partilhamento de arquivos, ou preferencialmente sua integração em uma estrutura unificada que contenha todos os registros de autoridade e conexões aos registros relacionados a uma mesma entidade, constituindo o arquivo virtual internacional de autoridade, sobre o qual Barbara Tillett esteve falando nesta manhã.

³⁰ Consultando *Names of persons*, 1996, verificou-se que em mais de 105 agências bibliográficas, somente 29 deram uma resposta afirmativa quando perguntadas se elas tinham um arquivo de autoridade para nomes pessoais (incluindo respostas como “está em desenvolvimento”).

Apêndice

CABEÇALHOS ESTABELECIDOS POR DEZ AGÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS NACIONAIS DIVERSAS: COMPARAÇÕES

Para cada tópico tratado um exemplo é dado, com formas variantes de nome de autor. A autoridade dos cabeçalhos é respaldada pela consulta a dez agências bibliográficas nacionais (nove Europeias e a Biblioteca do Congresso (EUA)); aqui se encontra uma lista de seus acrônimos:

BL	Biblioteca Britânica (Reino Unido)
BnF	Biblioteca Nacional (França)
DB	Biblioteca Alemã (Alemanha)
HR	Croácia
IT	Itália
LC	Biblioteca do Congresso (EUA)
NOR	Noruega
POR	Portugal
SP	Espanha
SV	Suécia

Em cada exemplo o número de formas variantes é dado, entre parêntesis, depois do título do exemplo, sendo os cabeçalhos ordenados alfabeticamente. Um acrônimo faltante significa que o nome não foi encontrado no catálogo. A pontuação foi considerada um elemento bastante distintivo para assinalar uma variante. Para Edith Stein ao cabeçalho Polonês foi adicionado (POL).

Autores clássicos Gregos

LUCIAN OF SAMOSATA (7)	
~ Lucian, of Samosata	BL, LC
~ Luciano de Samosata	SP
~ Luciano de Samosata, ca. 130-200	POR
~ Lucianus IT, SV	
~ Lucianus <Samosatensis>	DB
~ Lucianus Samosatensis	HR, NOR
~ Lucien de Samosate <i>forma corrente francesa</i>	
Lucianus Samosatensis <i>forme erudita com valor internacional latino</i>	BnF

Autores clássicos latinos

VIRGIL (5)	
~ Vergilius Maro, Publius	DB, IT, NOR, HR, SV
~ Virgil BL,	LC

- ~ Virgile *forma corrente francesa*
Vergilius Maro, Publius *forma erudita com valor internacional latino* BnF
- ~ Virgilio Marón, Publio SP
- ~ Virgílio, 70-19 a.C. POR

Pais da Igreja e autores do ocidente medieval

- SAINT AUGUSTINE (8)
- ~ Agostinho, Santo, 354-430 POR
- ~ Agustin, Santo, Obispo de Hipona SP
- ~ Augustine, Saint, Bishop of Hippo BL, LC
- ~ Augustinus (saint) BnF
- ~ Augustinus, Aurelius DB, HR
- ~ Augustinus, Aurelius, helgen NOR
- ~ Augustinus, Aurelius, helgon SV
- ~ Augustinus, Aurelius <santo> IT

Outros autores antigos e medievais conhecidos no Ocidente por formas Latinas

- CONFUCIUS (6)
- ~ Confucio SP
- ~ Confucio, 551-479 a-C. POR
- ~ Confucius BL, IT, LC, NOR, HR
- ~ Konfucius SV
- ~ Kong, Qiu DB
- ~ Kong, Qiu (551 av. J.C.?-479 av. J.C.?) *forma erudita válida no sistema internacional ISO*
BnF

- AVICENNA (6)
- ~ Avicena SP
- ~ Avicena, 980?-1037 POR
- ~ Avicenna DB, IT, LC, HR, SV
- ~ Avicenna, 980-1037 BL, NOR
- ~ Avicenne *forme courante*
Ibn Sina, Al Husayn ibn Abd Allah *forma erudita válida no sistema internacional*
ISO BnF

- MAIMONIDES (7)
- ~ Maimonide, Moise POR1
- ~ Maimonides IT
- ~ Maimónides SP
- ~ Maimonides, 1135-1204 POR2
- ~ Maimonides, Moses DB, SV, NOR, BL
- ~ Maimonides, Moses, 1135-1204 LC
- ~ Moïse Maïmonide *forma erudita válida no sistema internacional* BnF

Autores modernos e contemporâneos

- RITSOS (8)
- ~ Ritsos, Giannes DB, IT, NOR, SV1
 - ~ Ritsos, Giannes, 1909-1990 BL
 - ~ Ritsos, Giannes, 1909- LC
 - ~ Ritsos, Giannis SV2
 - ~ Ritsos, Giannis (1909-1990) *forma corrente, outro sistema de transliteração com valor internacional*
 - ~ Ritsos, Giannes *forma erudita com valor internacional sistema ISO* BnF
 - ~ Ritsos, Jannis SV3
 - ~ Ritsos, Yannis HR
 - ~ Ritsos, Yannis, 1909-1990 POR, SP
- CHEKHOV (9)
- ~ Cechov, A.P. NOR
 - ~ Cechov, Anton P. DB
 - ~ Cechov, Anton Pavlovic (Tjechov, Anton) SV
 - ~ Cehov, Anton Pavlovic HR, IT
 - ~ Chehov, Anton POR
 - ~ Chejov, Anton Pavlovich (1860-1904) SP
 - ~ Chekhov, Anton Pavlovich, 1860-1904 LC
 - ~ Chekhov, A. P. (Anton Pavlovich) 1860-1904 BL
 - ~ Tchekhov, Anton Pavlovitch (1860-1904) *forma corrente, outro sistema de transliteração de valor internacional*
 - ~ Cehov, Anton Pavlovic *forma erudita com valor internacional sistema ISO* BnF
- NIZAMI GANJAVI (9)
- ~ Nezami-e Ganjavi *forma erudita com valor internacional, sistema próprio da Agência Bibliográfica (BnF)* BnF
 - ~ Nizami IT, SV1
 - ~ Nizâmi SP
 - ~ Nizâmi Gangawi SV2
 - ~ Nizâmi Gangawi, Ilyâs Ibn-Yusuf DB
 - ~ Nizami Ganjavi NOR, SV3
 - ~ Nizami Ganjavi, 1140 or 41-1202 or 3 BL, LC
 - ~ Nizami, Ganjavi HR
 - ~ Nizami-yi Ganjah'i, Hakim SV4
- CAO XUEQIN (8)
- ~ Cao, Hsie Kin HR
 - ~ Cao, Xueqin NOR
 - ~ Cao, Xueqin (1715?-1763?) *forma erudita com valor internacional* BnF
 - ~ Cao, Xueqin, 1715?-1763 BL
 - ~ Cao, Xueqin, ca. 1717-1763 LC, SV1
 - ~ Cao, Zhan DB
 - ~ Tsao Chan IT
 - ~ Tsao, Hsueh-Chin POR, SP, SV2
- JALAL AL-DIN RUMI (10)

~ Galal al Djn Rumj	IT
~ Galal-ad-Din Rumi	DB
~ Jalal al-Din Rumi <i>forma sábia erudita com valor internaciona, sistema próprio da Agência Bibliográfica (BnF)</i>	BnF
~ Jalal al-Din Rumi, Maulana	NOR, SV1
~ Jalal al-Din Rumi, Mawlana	HR
~ Jal̄ al al-D̄ in R̄ um̄ i, Maulana, 1207-1273	LC
~ Rumi, 1207-1273	POR
~ Rumi, Galaladdin	SV2
~ Rumi, Jalal al-Din, 1207-1273	BL
~ Yalal al-Din Rumi	SP

Papas

~ PAUL VI (9 + 3)	
~ Igreja Católica. Papa, 1963-1978 (Paulo VI)	POR
~ Pablo VI, Papa	SP
~ Paul 6, pave, 1897-1978	
~ Den Romersk-katolske kirke. (Paven) (1963-1978 : Paul 6)	NOR
~ Paul VI (pape) <i>forma corente francesa</i>	
~ Paulus VI (pape) <i>nome forma erudita religiosa com valor internacional latino</i>	BnF
~ Paul VI, Pope, 1897-1978 BL,	LC
~ Catholic Church. Pope (1963-1978 : Paul VI)	BL, LC
~ Catholic Church. Archdiocese of Milan (Italy). Archbishop (1954-1963 : Montini) LC	
~ Paulus <papa ; 6.>	IT
~ Paulus <Papa, VI.>	DB
~ Paulus VI	HR
~ Paulus VI, [pave]	SV

Santos

~ THOMAS MORE (9)	
~ More, Thomas DB,	HR
~ More, Thomas, Sir, Saint, 1478-1535	BL, LC
~ Morus, Thomas, 1478-1535	POR
~ Thomas More (santo) <i>forma erudita com valor internacional</i> BnF	
~ Thomas More, helgen	NOR
~ Thomas More, helgon	SV1
~ Thomas More, sir, Saint	SV2
~ Thomas : More <santo>	IT
~ Tomás Moro, Santo (1478-1535)	SP
~ EDITH STEIN (7 + 1)	
~ Edith, Stein, santa	SP
~ Edith : Stein <santa>	IT
~ Stein, Edith DB, HR,	NOR
~ Stein, Edith, Saint, 1891-1942	LC

~ Stein, Edith, 1891-1942 BL,	POR
~ Stein, Edith (1891-1942) <i>forma erudita com valor internacional</i> BnF	
~ Stein, Edith, 1891-1942, helgon	SV
~ Teresa Benedykta od Krzyza (œw. ; 1891-1942)	POL

ENTIDADES COLETIVAS

DIOCESE	
~ Banjalucka biskupija	HR
~ Catholic Church. Archdiocese of Milan (Italy)	
Catholic Church. Archdiocese of Milan (Italy). Archbishop (1954-1963 : Montini)	LC
~ Catholic Church. Archdiocese of Milan. Italy	
Milan, Diocese of [<i>edições antigas</i>]	
Catholic church. Diocese of Northampton	BL
~ Church of England. Diocese de Chester	NOR
~ Diözese <Aachen>	DB
~ Église catholique. Diocèse (Paris)	BnF
~ Lisboa. Diocese	POR
~ Milán (Archidiócesis). Arzobispo (1979- : Carlo M. Martini)	
Martini, Carlo M. (1927-)	SP
~ Milano (Arcidiocesi)	IT
FRANCISCANS (8)	
~ Francescani	IT
~ Franciscanos	SP
~ Franciscans	BL, LC
~ Franjevci	HR
~ Franciskanorden	SV
~ Ordem dos Frades Menores	POR
~ Ordo Fratrum Minorum	DB
~ Ordre des Frères mineurs <i>forma correntee</i>	
Ordo Fratrum minorum <i>forma erudita com valor internacional latino</i> BnF	

Identities bibliográficas separadas

DODGSON/CARROLL	
<i>Cabeçalhos uniformes para identidade pessoal:</i>	
~ Carroll, Lewis DB,	NOR, HR, SV
~ Carroll, Lewis (1832-1898)	BnF
~ Carroll, Lewis, pseud.	POR
~ Dodgson, Charles Lutwidge	IT
<i>Cabeçalhos uniformes para identidades bibliográficas:</i>	
~ Carroll, Lewis (1832-1898)	SP
Dodgson, Charles Lutwidge (1832-1898)	SP
~ Carroll, Lewis, 1832-1898	BL, LC
Dodgson, Charles Lutwidge, 1832-1898	BL, LC